

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras do PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda.

Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução BCB nº2 de 12/8/2020 e IN BCB nº236 de 17/2/2022 encaminhamos as Demonstrações Financeiras do PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda ("PagInvest"), que compreendem o relatório da administração, o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Termo de Responsabilidade da Administração

A administração do PagInvest é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Divulgação

As Demonstrações Financeiras, contidas neste documento, foram divulgadas em diretório de acesso público no sítio do PagSeguro no dia 28 de agosto de 2025 e podem ser acessadas por meio do link: <https://pagbank.com.br/demonstracoes-financeiras>

Atenciosamente,

PAGINVEST CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Assinado por:

Artur Gaulke Schunck

04DFA3E85F3B462...

Artur Gaulke Schunck
Diretor Financeiro

Signed by:

Wilson Gomes de Lima

DB90A8D2053B48C...

Wilson Gomes de Lima
Contador – CRC: 1SP212238/O-0

Demonstrações Financeiras

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda

30 de junho de 2025 com Relatório do Auditor Independente

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Relatório da Administração.....	8
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	11
Demonstração de resultados abrangentes	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstração do fluxo de caixa.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas
PagInvest Corretora de Títulos
e Valores Imobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

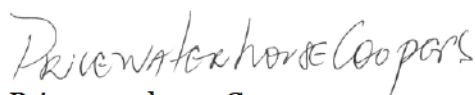
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Manoel Leite
Contador CRC 1SP 208338/O-0

Relatório da Administração

Em atendimento à IN BCB nº 236 de 17/2/2022 o Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda ("PagInvest"), subsidiária da BS Holding Financeira Ltda ("BS Holding") que por sua vez é subsidiária da PagSeguro Digital Ltd., a qual detém 100% das ações e controle do investimento, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do PagInvest relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

O PagInvest possui autorização para atuar como corretora de títulos e valores mobiliários, concedida em 13 de março de 2023 pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Em decorrência da obtenção dessa autorização, o PagInvest adota procedimentos aplicáveis às instituições financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A resolução BCB nº352, de 23 de novembro de 2023, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros.

Além disso baseado no artigo nº 102 da BCB nº352, fica facultado as instituições a apresentação de período comparativo nas demonstrações financeiras de 2025, dessa forma, utilizando de tal liberalidade do BACEN essa respectiva demonstração está sendo apresentada sem o devido período comparativo. O PagInvest não sofreu qualquer impacto com base nos critérios de adoção da norma.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda

Balanço patrimonial

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>30 de junho de 2025</u>
Ativo Circulante e Não Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	3	7.983
Títulos e valores mobiliários	4	5.666
Outras contas a receber		67
Impostos de renda diferido	5	1.348
Impostos a recuperar	6	528
Total do ativo		<u>15.592</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda

Balanço patrimonial

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	30 de junho de 2025
Fornecedores		51
Contas a pagar de partes relacionadas	7	678
Impostos a pagar	8	41
Total do passivo		770
Patrimônio líquido		
Capital social	9	15.000
Prejuízos acumulados	9	(178)
Total do patrimônio líquido		14.822
Total do passivo e patrimônio líquido		15.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Junho de 2025</u>
Receitas de intermediação financeira		1.024
Resultado de operações com instrumentos financeiros	10	1.024
Resultado bruto da intermediação financeira		1.024
Outras receitas/despesas operacionais		(4.394)
Receita de prestação de serviços	11	444
Despesas de Pessoal	11	(4.035)
Despesas administrativas	11	(686)
Despesas operacionais	11	(29)
Despesas tributárias	11	(88)
Resultado operacional		(3.370)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(3.370)
Imposto de renda e contribuição social		1.348
Ativo Fiscal Diferido	5	1.348
Prejuízo do semestre		(2.022)
Quantidade de ações		15.000.000
Prejuízo do semestre líquido por ação (em R\$)		(0,1348)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>30 de junho de 2025</u>
Prejuízo líquido do semestre	(2.022)
Resultado abrangente do semestre	<u><u>(2.022)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		15.000	93	1.751	16.844
Prejuízo do semestre	9	-	(93)	(1.929)	(2.022)
Saldos em 30 de junho de 2025		15.000	-	(178)	14.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda

Demonstração do fluxo de caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>Junho</u> <u>de 2025</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação		(3.370)
Despesas que não representam movimentação de caixa:		
Juros, receita de aplicações financeiras e de instrumentos financeiros		(347)
Variação de ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários		(36)
Impostos a recuperar		50
Outras contas a receber		(67)
Impostos e contribuições		(472)
Outros Depósitos		(679)
Fornecedores		24
Contas a pagar partes relacionadas		678
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(4.219)
Imposto de renda e contribuição pagos		(140)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		(4.359)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		(4.359)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3	12.342
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	3	7.983
Movimentação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(4.359)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

O PagInvest tem por objeto principal intermediar operações de ações e contratos futuros, inclusive a Administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

O PagInvest possui autorização para atuar como Corretora de Títulos de Valores Mobiliários, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") na data 13 de março de 2023. Em decorrência da obtenção dessa autorização, o PagInvest adota procedimentos aplicáveis às Corretora de Títulos de Valores Mobiliários integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do PagInvest foram elaboradas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN (Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução BCB 352/2023) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN.

Baseado no artigo nº 102 da BCB nº352, fica facultado as instituições a apresentação de período comparativo nas demonstrações financeiras de 2025, dessa forma, utilizando de tal liberalidade do BACEN essa respectiva demonstração está sendo apresentada sem o devido período comparativo. O PagInvest não sofreu qualquer impacto com base nos critérios de adoção da norma.

Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 06 (R2) - Arrendamentos
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 – Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 28 – Propriedade para Investimento
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- CPC 41 – Resultado por Ação
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Não há nenhuma estimativa crítica pois não há nenhum julgamento relevante que o PagInvest faça sobre seus ativos e passivos.

As demonstrações financeiras do PagInvest foram representadas em Reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de apresentação, baseado na liberalidade do artigo nº 102 da BCB nº352, essa respectiva demonstração está sendo apresentada sem o devido período comparativo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria do PagInvest em reunião realizada em 28 de agosto de 2025.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. O PagInvest classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. O PagInvest classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa.

Nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2025 são considerados caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.808 de 29/05/2020 dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

2.3. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do PagInvest. A receita é representada substancialmente por:

- Receita de juros de aplicações financeiras sobre investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, que são utilizados para os gerenciamentos de seus compromissos de curto prazo.
- Receita de prestação de serviços relacionados a corretagem da distribuição de títulos e valores mobiliários ofertados na plataforma.

2.4. Negociação e intermediação de valores

São representadas por operações na B3 S.A., por conta de ordem de terceiros. A corretagem sobre estas operações são como receitas, e as despesas de prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da realização das operações. Esses saldos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial.

2.5. Imposto de renda e contribuição social corrente

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o PagInvest opera e gera renda tributável.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. O PagInvest avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado. O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, o PagInvest deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

2.7. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos diretores em Reunião de Diretoria.

2.8. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu inciso V do artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base na definição acima, o PagInvest não teve nenhuma operação não recorrente no semestre findo em 30 de junho de 2025.

2.9. Normas emitidas e adotadas

Alteração à IAS 21 "Falta de Conversibilidade" (CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis): emitida em agosto de 2023, com o objetivo de esclarecer às entidades como determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e qual taxa de câmbio à vista utilizar quando não for. As alterações à IAS 21 entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A implementação não teve impactos nos resultados financeiros.

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas novas regras alinham os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros detidos por estas instituições financeiras às melhores práticas internacionais, mais especificamente ao pronunciamento IFRS 9 – *Financial Instruments*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a partir de 1º de janeiro de 2025, dado a essa obrigatoriedade a Administração reformulou a

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

forma de apresentação do balanço patrimonial, bem como se utilizou da prerrogativa do Banco Central para não divulgar o período comparativo.

Os principais aspectos que contém as novas normativas são:

Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

- **Custo Amortizado:** quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

Devido o PagInvest ser uma empresa ainda com operações limitadas, as alterações nos modelos de negócios existentes não possuem impacto, bem como não há qualquer impacto em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da RES. BCB nº 352/2023, relativo à aplicação dos novos critérios de classificações de ativos financeiros em contrapartida aos respectivos ativos financeiros.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Com base nos novos normativos um ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático”, quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações reestruturadas trata-se de uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Devido o PagInvest ser uma empresa ainda com operações limitadas, não há impacto em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da RES. BCB nº 352/2023, uma vez que não possui ativos que se enquadrem no conceito de ativos problemáticos em contrapartida aos respectivos ativos financeiros.

Taxa Efetiva de Juros

A RES BCB nº 352/2023 estabelece, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método de juros efetivos. Este normativo ainda determina que a taxa de juros efetiva dos instrumentos financeiros deve ser determinada pela taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

Em outras palavras, a taxa efetiva de juros reflete a taxa contratual acrescido dos custos de transação (despesas e receitas) que serão apropriados ao longo do tempo da operação. Sendo assim, o método

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

de juros efetivos (ou taxa de juros efetiva) consiste em incorporar a taxa contratual (nominal) os custos e receitas ligadas a aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro e devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços através pro rata *temporis*.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

A Resolução BCB nº 352/2023, estabelece que os custos de transação que devem ser considerados na Taxa Efetiva de Juros são aqueles diretamente relacionados as receitas e despesas atribuíveis a aquisição, à originação ou à emissão do instrumento financeiro específico, desde que este possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento.

O PagInvest não possui impacto em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da RES. BCB nº 352/2023, relativo à aplicação dos novos critérios de taxa efetiva de juros.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A RES. BCB nº 352/2023 introduz um novo modelo de perdas esperadas para ativos financeiros que requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas (ECL - *Expected Credit Losses*) em vez de somente a aplicação das regras de provisionamento estabelecidos na Resolução nº 2682, de 22 de dezembro de 1999, previstas no padrão atual. O PagInvest não possui impacto em seu patrimônio líquido já que não tem operações suscetíveis a perdas esperadas.

Stop Accrual

A RES. BCB nº 352/2023 estabelecem, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata *temporis*, utilizando-se o método de juros efetivos, com interrupção do acúmulo de juros (*stop accrual*) quando caracterizado como um ativo problemático (com problema de recuperação de crédito). Nestas situações, o reconhecimento de juros se dará quando do seu efetivo recebimento e não por ocasião pro rata *temporis*, como reconhecidos para os ativos não problemáticos.

Operações Renegociadas e/ou Reestruturadas

A RES BCB nº 352/2023 apresenta os seguintes conceitos em relação a reestruturações e renegociações:

Renegociação: Acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original;

Reestruturação: Renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração

A resolução BCB nº 352/2023, apresenta orientações voltadas ao tratamento de receitas e despesas associadas a reestruturações quando ocorrer adoção da metodologia diferenciada para cálculo da taxa efetiva de juros, aplicável a operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito, essas também serão detalhados nesse documento.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

O PagInvest não possui impacto na adoção da norma uma vez que não possui operações de renegociações e reestruturações no seu modelo de negócios.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de disponibilidades são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e representam valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

Caixa e equivalentes de caixa	30 de junho de 2025
Depósitos bancários (i)	7.983
	<u>7.983</u>

(i) Os valores estão principalmente aplicados em CDB do BancoSeguro, com uma taxa média de retorno de 106% sobre o CDI e possuindo vencimento de um dia útil, não possuindo carência, desta forma são reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa, a remuneração referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025 foram de R\$677.

4. Títulos de valores mobiliários

Instrumentos Financeiros	30 de junho de 2025
Fundos de investimento – (i)	5.666
	<u>5.666</u>

(i) O saldo refere-se as aplicações com uma taxa média de 100% do CDI no fundo exclusivo de investimentos da B3 para garantia das operações de títulos e valores mobiliários negociados pela corretora, a remuneração para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$347.

5. Impostos de renda diferido

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2025 está demonstrada abaixo:

	30 de junho de 2025
Prejuízo líquido do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.370)
Alíquota vigente	40%
Expectativa do crédito de imposto de renda e contribuição social, em relação ao prejuízo contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	1.348
Constituição de diferido sobre prejuízo	<u>1.348</u>
Ativo fiscal diferido	1.348
Alíquota Efetiva	N/A

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos a recuperar

	30 de junho de 2025
Impostos de renda e contribuição social (i)	528
Total	528

(i) Refere-se principalmente a imposto de renda e contribuição social retidos na fonte sobre as aplicações financeiras.

7. Contas a pagar de partes relacionadas

	30 de junho de 2025	
	Contas a receber	Contas a pagar
PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. (a)	-	678

	30 de junho de 2025	
	Receita	Despesa
PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. (a)	-	4.498

(a) O saldo se refere aos repasses de consultoria, software e pessoal decorrentes do início das operações.

8. Impostos a pagar

A composição dos impostos a pagar está sumarizada abaixo:

	30 de junho de 2025
IRRF	26
COFINS	10
ISS	3
PIS	2
Total circulante	41

9. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é de R\$15.000 subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 15.000.000 de quotas, no valor nominal de R\$1 cada cota.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido do período até o limite de 20% do capital social realizado. No semestre findo em 30 de junho de 2025 houve a absorção de R\$93 da reserva legal devido ao prejuízo no semestre de R\$2.022.

10. Resultado de operações com instrumentos financeiros

	30 de junho de 2025
Resultado de operações com instrumentos financeiros (i)	1.024
	1.024

(i) O saldo trata-se de receita financeira com aplicações em títulos de renda fixa, o montante aplicado encontra-se mencionado nas notas explicativas nº 3 e 4.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Outras receitas e despesas operacionais

	30 de junho de 2025
Receita de prestação de serviço (i)	444
Despesa de pessoal (ii)	(4.035)
Despesas administrativas (iii)	(686)
Despesas tributárias (iv)	(88)
Despesas operacionais	(29)
Total	(4.394)

(i) As receitas de prestação de serviços referem-se as corretagens das operações realizadas.

(ii) A composição das despesas de pessoal está sumarizada abaixo:

	30 de junho de 2025
Salários e encargos	(2.372)
Benefícios	(675)
Participações nos lucros	(988)
Total	(4.035)

(iii) As despesas administrativas se referem aos custos com honorários de consultorias, aluguel de softwares e taxas com órgãos reguladores.

(iv) A composição de despesas tributárias está sumarizada abaixo:

	30 de junho de 2025
COFINS	(61)
ISS	(16)
PIS	(11)
	(88)

12. Gerenciamento de riscos

As atividades do PagInvest homologadas pelo Banco Central do Brasil, a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco operacional, risco de fraude, risco de crédito, risco de liquidez e prevenção à lavagem de dinheiro. O programa de gestão de riscos do PagInvest concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do PagInvest.

Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do PagInvest, destacam-se:

a) Risco Operacional

O PagInvest define e trata o gerenciamento do Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: a) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e b) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos das atividades desenvolvidas por uma corretora, conforme a Resolução BCB nº 265/22. As atribuições relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos operacionais do PagInvest, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao corpo diretivo.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Gerenciamento de riscos – Continuação

b) Risco Cibernético

Risco cibernético é a possibilidade de ocorrências com efeitos indesejáveis decorrentes de ameaças digitais à infraestrutura de tecnologia da informação, podendo ocasionar perdas relacionadas ao ambiente virtual, que:

- Produzem efeitos anômalos e/ou adversos, ameaçam o funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem;
- Infringem políticas e/ou procedimentos de segurança da informação referentes aos sistemas de TI.

Considerando que o PagInvest atua em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias que visam mitigar essas ameaças, bem como políticas e procedimentos de defesa, assegurando a confidencialidade, integridade e segurança dos dados inerentes aos sistemas utilizados. O grupo tem equipes treinadas e disponibiliza cursos on-line, visando treinar os profissionais, para que estejam cientes das medidas de prevenção e saibam relatar incidentes a fim de minimizar os riscos cibernéticos, seguindo os requerimentos da Resolução 4893/2021.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado representa uma estimativa de perda de uma carteira de instrumentos financeiros devido à variação de preços, taxas de juros, taxas de câmbio ou cotações de mercado. Em uma corretora de títulos e valores mobiliários, esse risco se manifesta sobre a intermediação financeira, refletindo o resultado das mudanças de mercado sobre os títulos negociados.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade do PagInvest não honrar suas obrigações, correntes e futuras, incluindo-se as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar de forma relevante suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do PagInvest não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Atualmente, o Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado por meio da gestão diária de fluxo de caixa, com projeções de curto e longo prazo considerando-se saldos a pagar e a receber. Estes controles são periodicamente apresentados em comitês realizados junto à alta gestão.

O PagInvest não possui operações envolvendo moeda estrangeira, portanto não há exposição ao risco cambial, bem como não possui empréstimos, ou seja, não há exposição relevante à taxa de juros.

e) Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”

O PagInvest possui um robusto programa de prevenção composto por procedimentos de análise e monitoramento de clientes, parceiros e fornecedores, devidamente documentados em sistema normativo e reforçado por meio de treinamentos para todos os colaboradores da instituição de forma a prevenir, detectar, evitar e combater a “lavagem de dinheiro” oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins. A participação frequente da Administração na prevenção e detecção à “lavagem de dinheiro” e combate ao financiamento do terrorismo assegura a sinergia entre as diversas áreas e o contínuo acompanhamento das atividades e operações realizadas, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Gerenciamento de riscos – Continuação

f) Conformidade

O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade e requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Resolução BCB nº 65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão. A área de PLDFT é responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo do PagInvest, em atendimento as normas pertinentes, inclusive a Circular BACEN nº 3.978/20.

g) Riscos sociais, ambientais e climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são a possibilidade de perdas devido à exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climática relacionados às atividades desenvolvidas pelo PagInvest. A Administração avaliou os fatores sociais, ambientais e climáticos nos quais seus negócios estão inseridos e os considera de baixo impacto na criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo.

Apesar disso, para mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos, são realizadas ações para analisar processos, riscos e controles, acompanhar novas regras relacionadas ao tema e registrar ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta aos riscos, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam a gestão desse risco no PagInvest.

13. Gestão de capital

A gestão de capital baseia-se na apuração e alocação de capital suficiente para atingir o montante mínimo requerido pelo regulador. Assim, o PagInvest mantém uma percepção de risco adequada ao tipo de negócio, permitindo o acesso a novas captações em condições viáveis à manutenção e continuidade da operação, bem como o crescimento sustentável ao longo do tempo.

O montante de capital mínimo é definido segundo a metodologia descrita nas normas impostas pelo regulador. O PagInvest mantém uma reserva de capital suficiente para atender à demanda do regulador, bem como a avaliação interna de risco do negócio.

14. Valor justo

O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo mencionado em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 – Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (considerações não observáveis).

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do PagInvest em 30 de junho de 2025. Não há transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o semestre findo em 30 de junho de 2025.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Valor justo continuação – Continuação

	30 de junho de 2025		
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.983	-
Instrumentos Financeiros	5.666	-	-
Outras contas a receber	-	67	-
Passivos financeiros			
Impostos a pagar	-	41	-
Contas a pagar de partes relacionadas	-	677	-

O PagInvest acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos.

Os ativos financeiros incluem as aplicações financeiras representadas por depósitos bancários e instrumentos financeiros baseado nos respectivos valores justos.

Os passivos financeiros são substancialmente representados por impostos a pagar sobre as aplicações financeiras do PagInvest.

15. Instrumentos financeiros por categoria

O PagInvest estima o valor justo de seus instrumentos financeiros utilizando informações de mercado e metodologias de avaliação adequadas a cada situação. A interpretação dos dados de mercado, no que diz respeito à escolha das metodologias, exige considerável julgamento e o estabelecimento de estimativas para chegar a um valor considerado apropriado para cada situação. Portanto, as estimativas apresentadas podem não necessariamente indicar os valores que poderiam ser obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para calcular o valor de mercado ou valor justo podem ter um impacto material nos valores obtidos. Os ativos e passivos apresentados nesta nota foram selecionados com base na sua relevância.

O PagInvest acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao seu valor justo. Contudo, por não possuírem mercado, poderão ocorrer variações caso a empresa decida antecipadamente liquidá-los ou realizá-los.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros por categoria – Continuação

O PagInvest classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias a seguir:

	30 de junho de 2025
Ativos financeiros	
Custo amortizado:	
Caixa e equivalentes de caixa	7.983
Títulos e valores mobiliários	5.666
Outras Contas a Receber	67
	<u>13.716</u>
Passivos financeiros	
Custo amortizado:	
Impostos a pagar	41
Contas a pagar de partes relacionadas	678
	<u>719</u>

* * *